

## A “ORIENTAÇÃO SEXUAL” NOS TEMAS TRANSVERSAIS: BREVES CONSIDERAÇÕES

Bill Robson Monteiro Lisboa  
FEESU/FUPAC  
[billrobsonmg@hotmail.com](mailto:billrobsonmg@hotmail.com)

### Resumo Expandido

A educação escolar no Brasil principalmente na década de 1990 passa por grandes transformações políticas, econômicas, sociais que exigem dos/as alunos/as conhecimentos que vão além das disciplinas postas no currículo formal. Para tanto, em 1996 foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, lei nº 9.394 que dentre as prioridades prescritas destaca a necessidade de proporcionar a todos/as os/as alunos/as uma formação pautada nos valores éticos, na cidadania e no respeito mútuo. Segundo Marcondes (2008), a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN possibilitou direcionar e orientar didaticamente as ações da escola, dos/as professores/as, gestores/as e pedagogos/as. Esses referenciais estão pautados na formação que integra conhecimentos científicos aos saberes necessários a convivência em sociedade, tal abordagem é o foco dos Temas Transversais - TT publicados pelo Governo Federal/MEC no ano de 1998. Comungamos ainda, que estes princípios foram elucidados nos Temas Transversais como o objetivo de discutir no currículo do Ensino Fundamental e Médio assuntos de relevância à luz das necessidades sociais. “Por isso os TT não representam mais uma disciplina no currículo. Mas, assuntos que devem ser explorados por todas as disciplinas, já que estas possibilitam a reflexão e a compreensão dos mesmos através de conteúdos trabalhados no dia-a-dia” (MARCONDES, 2008, p. 20). Nessa direção, a discussão da Orientação Sexual – Temas Transversais (1998) não deve limitar-se ao ensino da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência e na abordagem fisiológica, anatômica e biologizante, mas, entendendo-a também como uma construção cultural. No espaço escolar ao ser trabalhada a temática Orientação Sexual, devemos permitir que alunos/as compartilhem experiências, dialoguem e questionem acerca das dúvidas e inquietações do imaginário de sua sexualidade. Além disso, é importante esclarecer os objetivos da temática para todos/as os/as profissionais e comunidade escolar, essa postura evita manifestações homofóbicas e preconceituosas percebendo a escola como uma instituição social democrática e humana. Entretanto, a questão da Orientação Sexual contida nos Temas Transversais está compreendida com o cuidado a saúde, higiene do corpo, que é assim entendida como um organismo biológico e não como um elemento constitutivo de complexas relações sociais (SECAD, 2007). Diante disso as práticas escolares com relação à Orientação Sexual ficam secundarizadas e/ou silenciadas o que impossibilita uma compreensão mais elaborada, coerente, livre de estereótipos e, assim (re)produzindo e acentuando ameaças, medos, tensões e conflitos. Portanto, na construção dessa normatização de condutas o poder atua em todos os ângulos de forma sutil e altamente eficiente por meio de uma vigilância permanente de condutas esse poder classifica, divide, qualifica, ordena e exclui os sujeitos. Nessa perspectiva e na tentativa de garantir padrões heteronormativos, a sexualidade é intensamente vigiada, controlada e normatizada na sociedade. Salientamos a necessidade de discutir tal temática nos cursos de formação inicial e continuada de professores/as com a finalidade de propor reflexões

e análises que enfatizem questões relacionadas às sexualidades e suas variantes, pois, consideramos a escola como espaço importante na construção das identidades e (des)construção de estigmas sociais. Portanto, longe de imaginar uma relação “harmoniosa” entre professores/as e alunos/as, vale ressaltar que devemos (re)pensar práticas e posturas em sala de aula para não cristalizar conceitos heteronormativos, uma vez que podemos incentivar que os/as alunos/as dialoguem acerca das manifestações das sexualidades sem privilegiar a figura heterossexual, depreciando as demais manifestações culturais das sexualidades existentes. Apesar de todas as lutas dos movimentos sociais, nos estudos acerca da sexualidade nas escolas e, de uma forma geral ainda é preponderante associá-las a questões da reprodução biológica e doenças sexualmente transmissíveis. Diante das análises apresentadas neste texto defendemos que o currículo para a formação de professores/as incorpore práticas e vivências que possibilitem construir novos olhares, percepções e posturas acerca das diferenças que existem nas relações sexuais, evitando (re)produzir e acentuar posturas homofóbicas. Observamos que na sociedade e, nas escolas ensinam como viver a sexualidade heteronormativa e, os comportamentos que não se enquadram dentro da heterossexualidade são percebidos e/ou são tratados como “problemas” e desvios de conduta. Na tentativa de garantir a heteronormatividade a sexualidade é intensamente vigiada, controlada e normatizada em nossa sociedade. Ainda, reconhecer que a escola precisa ser entendida além da abordagem disciplinar engendrada no conhecimento pautado na intelectualidade. Além disso, as Instituições de Educação Superior que atuam na formação de professores/as dos diferentes níveis e modalidades de ensino precisam analisar com outras “lentes” o currículo, inserindo temáticas voltadas para a diversidade sexual e a inclusão social.

**Palavras-Chave:** Orientação Sexual; Temas Transversais; Heteronormatividade.

### **Referências**

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais – Orientação Sexual.** Brasília: MEC/SEF, 1998, p. 1-52.

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Gênero e Diversidade Sexual na Escola:** reconhecer diferenças e superar preconceitos. Brasília, MEC, 2007, p. 1-87.

MARCONDES, Martha Aparecida Santana (Org). **Temas Transversais e Currículo.** Brasília: Liber Livro Editora, 2008, p. 11-22.